

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JÚLIA SILVA DA ROSA

**ESTUDO SOBRE A ADERÊNCIA A NBC T – 15 DE EMPRESAS
INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)**

FLORIANÓPOLIS

2019

JÚLIA SILVA DA ROSA

**ESTUDO SOBRE A ADERÊNCIA A NBC T – 15 DE EMPRESAS
INTEGRANTES DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientador: Prof^a. Dra. Fabrícia Silva da Rosa

Co-orientadora: Luana Caroline da Silva

FLORIANÓPOLIS

2019

JÚLIA SILVA DA ROSA

**ESTUDO SOBRE A ADERÊNCIA A NBC T – 15 DE EMPRESAS INTEGRANTES
DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, obtendo nota média de _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Prof. Dr.Fernando Richartz
Coordenador de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:

Prof^a. Dra. Fabrícia Silva da Rosa
Presidente (Orientadora)

Luana Caroline da Silva
Membro (Co-orientadora)

Prof. Dr. Pedro José von Mecheln
Membro

Florianópolis, 02 de julho 2019.

ROSA, Júlia Silva da. **Estudo sobre a aderência a NBC T - 15 de empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. 34p. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

RESUMO

A Contabilidade Ambiental surge atribuindo à ciência contábil uma aplicabilidade gerencial para o controle, registro e exposição de medidas de preservação ambiental a partir de informações financeiras e econômicas institucionais. Através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, comprovou-se que estar condizente com as normas contábeis e as normas regulatórias de sustentabilidade é indispensável para as instituições atingirem suas metas sustentáveis e alcançarem as certificações que trazem um diferencial mercadológico entre as organizações e atestam seu compromisso com o meio ambiente. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo verificar se a evidenciação ambiental de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) está adequada às recomendações da NBC T 15. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem qualitativa. A amostra do estudo compreendeu 52 empresas listadas no ISE nos anos 2016, 2017 e 2018. Foi elaborado um *checklist* com base na NBC T 15 para verificar a evidenciação ambiental dessas empresas e analisou-se os relatórios anuais e de sustentabilidade dos anos de 2016, 2017 e 2018 divulgados no *site* das próprias empresas. Os resultados revelam que as informações ambientais mais evidenciadas pelas empresas de forma completa dizem respeito aos investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente e investimentos e gastos com projetos ambientais. Já as informações que as empresas menos evidenciam, ou seja, que se encontram de forma incompletas ou ausentes nos relatórios, referem-se à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra elas. O que demonstra uma tendência pelas empresas em divulgar os fatores positivos. Os resultados mostram ainda que as empresas pertencentes ao setor de energia elétrica são as que mais se adequam às recomendações da NBC T 15.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Evidenciação Ambiental. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). NBC T 15.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Empresas analisadas	18
Quadro 2: <i>Checklist</i> das informações para pesquisa documental.....	20
Quadro 3: Categorias da qualidade das informações	21
Quadro 4: Evidenciação ambiental por categoria (2016).....	23
Quadro 5: Evidenciação ambiental por categoria (2017).....	24
Quadro 6: Evidenciação ambiental por categoria (2018).....	26
Quadro 7: Categorização da evidenciação ambiental das empresas.....	27

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	6
1.2	OBJETIVOS	7
1.2.1	Objetivo Geral.....	7
1.2.2	Objetivos Específicos	7
1.3	JUSTIFICATIVA	8
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1	CONTABILIDADE AMBIENTAL.....	10
2.1.1	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – 15 (NBC T 15).....	11
2.2	EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL	13
2.3	ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE).....	14
2.4	ESTUDOS ANTERIORES	15
3	METODOLOGIA.....	18
4	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

O compromisso com a Sustentabilidade se tornou pauta indispensável entre os pilares que compõem organizações de todos os portes e segmentos do mercado. O aumento populacional, de consumo e das atividades produtivas das empresas vêm sobrecarregando a exploração dos recursos naturais do planeta, assim comprometendo o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida da sociedade.

Considerando a crescente preocupação das múltiplas esferas sociais com as questões ambientais e os impactos das organizações no meio ambiente, a contabilidade vem gradativamente desempenhando um planejamento das atividades da empresa na busca pelo cumprimento de procedimentos e normas sustentáveis estipuladas para um amortecimento nos altos impactos ecológicos gerados diariamente.

Sob essa perspectiva, a contabilidade ambiental é um tema atual, o qual ganha cada vez maior visibilidade no meio empresarial e governamental. Nesse sentido, a maior parte das organizações já compreendeu que atender a normas regulatórias é premissa para manterem-se ativas e em competitividade dentro do concorrido mercado dos negócios.

Além disso, observou-se que as empresas certificadas apresentam um diferencial frente a concorrência, provando legalmente sua participação em um importante movimento de estímulo à adequação empresarial com valores ambientais, promovendo mudanças de hábitos e consciência socioambiental. Tanto é que inúmeras empresas já adotaram, e outras tantas estão se tornando adeptas, aos Relatórios Integrados – uma espécie de prestação de contas aberta ao consumidor final e ao mercado.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é o órgão responsável pela emissão de normas contábeis, no Brasil. As informações contábeis divulgadas pelas empresas devem seguir normas contábeis. Em 2004 o CFC aprovou a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, uma norma que estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das empresas.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas constam informações sobre a evidenciação ambiental sobre o tratamento utilizado na divulgação de aspectos e impactos ambientais gerados pelas companhias.

Nesse sentido, pressupõe-se que o exercício das mais variadas práticas é necessariamente amparado e resguardado por métodos e regras de funcionamento, as quais tem o objetivo de garantir que haja conformidade, controle e equilíbrio nas transações e na redução dos impactos gerados durante o processo produtivo. Estar condizente com as normas contábeis e as normas regulatórias de sustentabilidade e responsabilidade social é indispensável para as entidades atingirem suas metas sustentáveis e atestarem seu compromisso com o meio ambiente

A ausência de um indicador capaz de mensurar o retorno dos investimentos das entidades com boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social tornava subjetiva a avaliação de desempenho das empresas dificultando a percepção dos investidores perante as mesmas (ROSSETTO, 2010). Assim, a BM&FBovespa criou o ISE, com o intuito de “criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da comunidade e estimular a responsabilidade ética das entidades” (BM&FBOVESPA, 2019).

Assim, buscou-se, neste estudo, responder ao seguinte questionamento: qual o nível de adequação à norma NBC T - 15 de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)?

1.2 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos necessários para a elaboração do trabalho.

1.2.1 Objetivo Geral

Para responder à pergunta de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho é verificar se a evidenciação ambiental de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) está aderente às recomendações da NBC T 15.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos deste trabalho são:

- Analisar os conceitos e fundamentos da Contabilidade Ambiental;
- Identificar as informações contidas nos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas selecionadas;
- Indicar quais empresas apresentam de forma completa, incompleta ou ausente, informações de cunho ambiental de acordo com a NBC T-15.

1.3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, não há normalização legal e a evidenciação de informações ambientais é feita de forma voluntária. Desta forma, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabelece, por meio da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, alguns procedimentos que devem ser observados pelas entidades para a evidenciação de informações ambientais. Esta norma tem como objetivo demonstrar à sociedade a responsabilidade social das entidades.

A presente pesquisa foi desenvolvida com o intuito de colaborar com o tema sustentabilidade e contribuir na reflexão a respeito da importância que a contabilidade ambiental vem ganhando na sociedade brasileira.

Justifica-se a escolha do tema por sua relevância social, política e mercadológica, a qual revelou-se também pauta econômica de indispensável presença nas reuniões, conferências, feiras e congressos entre os três setores, em que pesquisas e estudos – fruto de comprometidos trabalhos na contínua busca por medidas e determinações que zelem pelo equilíbrio, manutenção e prolongamento da vida útil dos recursos naturais, da qualidade de vida das pessoas e da sobrevivência sustentável do mercado empresarial - ganham visibilidade.

Por ser um assunto recém introduzido no universo contábil, a Contabilidade Ambiental permite considerá-la uma disciplina em construção e em constante aprimoramento de suas definições, aplicações e iniciativas.

Historicamente, a Contabilidade do Meio Ambiente passou a ter status de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do "relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais" pelo Grupo de trabalho inter-governamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e relatórios (ISAR – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting). (ZANLUCA, "O que é Contabilidade Ambiental?" Portal de Contabilidade)

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o objetivo de organizar o trabalho e assim ter um melhor entendimento do estudo, esta pesquisa será distribuída em cinco capítulos.

O primeiro capítulo contém a introdução, onde são exibidos o tema e problema da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre Contabilidade Ambiental, Evidenciação Ambiental, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - 15 e Estudos Anteriores.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo.

O quarto capítulo demonstra a análise dos dados, e resultados obtidos. E finalmente o quinto capítulo trata das considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão abordados os seguintes temas: Contabilidade Ambiental e Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – 15 (NBC T 15), Evidenciação Ambiental, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e Estudos Anteriores.

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Numa visão global, o enfoque dado ao meio ambiente tem se intensificado por efeito de problemas como a poluição, esgotamento de recursos naturais e efeitos negativos sobre o clima e temperatura do planeta (CALIXTO, 2007). Ainda sobre a perspectiva da autora, a sociedade tem se organizado cada vez mais e as pressões sobre as empresas que exercem atividades de poluição ao meio ambiente são comprovadas por iniciativas voluntárias das mesmas na divulgação dos investimentos realizados em meio ambiente, educação, treinamento de funcionários, preservação e manutenção de praças, reservas florestais, etc.

Segundo Both e Fischer (2017), a preocupação da sociedade com o meio ambiente influencia empresas mais conscientes a se preocuparem também em tratar esta área, como, por exemplo, mediante a aplicação de esforços em sustentabilidade. A criação e a utilização da contabilidade ambiental surgem em virtude do crescimento da população mundial e da escassez de recursos, ambos sinalizadores da importância da previsão dos impactos positivos e negativos gerados pelas organizações (ANTONOVZ, 2014). De acordo com Carneiro, Luca e Oliveira (2008), a contabilidade é uma ferramenta estratégica à disposição da empresa que estabelece um meio de comunicação entre sociedade e entidade. “Contabilidade ambiental pode ser definida como o ramo da contabilidade que mensura, controla e registra os eventos econômicos relacionados com o meio ambiente” (CALIXTO, 2007, p. 14). Da mesma forma que outras áreas de uma organização, os impactos ambientais decorrentes do processo produtivo também podem ser calculados, integrando o sistema contábil da empresa, e, assim, surge a contabilidade ambiental. O sistema contábil ambiental é importante para o fornecimento de informações aos usuários internos e externos da entidade. (BOTH E FISCHER, 2017).

Acredita-se que as demonstrações contábeis, balanço social e relatórios ambientais divulgados pelas companhias, demonstram informações concretas sobre o tratamento utilizado para reduzir os impactos e efeitos danosos de suas atividades sobre o meio ambiente (KOSZTRZEPA, 2004). Para Calixto (2007), “divulgar voluntariamente as ações sociais e

ambientais via relatórios contábeis têm ocorrido em empresas de diversos setores desde meados da década de 1990, mesma época em que surgiram os primeiros trabalhos acadêmicos sobre contabilidade ambiental no Brasil”. “É preciso ressaltar que a maioria das demonstrações não é obrigatória, o que leva à reflexão sobre o que tem orientado empresas a demonstrarem fatos contábeis ambientais” (ANTONOVZ, 2014)

Apesar da maximização do lucro ser o principal objetivo da empresa, o mesmo não será alcançado se outros objetivos não forem cumpridos. Entre estes está a responsabilidade social que diz respeito a melhor qualidade de vida da comunidade, dessa maneira os gestores se preocupam não apenas com a gestão do negócio, mas com a sociedade e o meio ambiente (ANDRADE, 2018).

O que deve ser exatamente incluído nos relatórios de contabilidade ambiental tem gerado discussão entre pesquisadores e órgãos institucionais que tratam desse assunto. É sugerido que além das exigências legais, outras informações voluntárias sobre questões ambientais devem ser incluídas (NOSSA, 2002).

Dentre as exigências legais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – 15 (NBC T 15) a fim de estabelecer procedimentos para a evidenciação de informações ambientais pelas empresas. Dessa maneira, a próxima subseção tratará sobre a NBC T 15.

2.1.1 Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – 15 (NBC T 15)

O mercado empresarial é um ambiente naturalmente competitivo e muitas vezes ganancioso. Essas características podem se revelar motivadoras ou devastadoras para executivos, instituições e, inclusive, o meio ambiente. Isso significa que há uma linha bastante tênue entre aquilo que fará uma empresa, um projeto, uma pessoa, um meio, prosperar ou entrar em declínio.

Nesse sentido, pressupõe-se que o exercício das mais variadas práticas é necessariamente amparado e resguardado por métodos e regras de funcionamento, as quais têm o objetivo de garantir que haja conformidade, controle e equilíbrio nas transações, nas relações mercadológicas e na redução dos impactos gerados durante o processo produtivo e da problemática moderna do alto consumo.

O principal objetivo é que, independentemente do cenário apresentado, as normas sirvam como parâmetro do que se considera aceitável e do que deve ser evitado por sua

nocividade – em mínima ou grande escala – em qualquer das diversas etapas e variáveis do negócio.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC T 15, Resolução nº 1.003, de agosto de 2004, estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. De acordo com essa norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) A geração e a distribuição de riqueza;
- b) Os recursos humanos;
- c) A interação da entidade com o ambiente externo;
- d) A interação com o meio ambiente.

Essa norma, que trata da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental e que entrou em vigor em 2006, deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, sejam elas provenientes ou não da contabilidade, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas e deve ser apresentada com as informações do exercício atual e do exercício anterior para fins de comparação (CFC, 2004).

O item 15.2.4 da norma trata da interação da entidade com o meio ambiente:

- a) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) Passivos e contingências ambientais.

2.2 EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL

Costa e Marion (2007, p. 26) afirmam que “evidenciação contábil se refere às informações que a empresa torna disponível através das demonstrações e relatórios contábeis”.

Para Kosztrzepe (2004), a evidenciação das informações ambientais pode ser realizada de diversas maneiras, em que tanto empresas quanto usuários das informações contábeis têm maior confiança e segurança para a tomada de decisões sobre a organização. Dito isso, a evidenciação ambiental varia de empresa para empresa na qual organização e sociedade se comunicam para melhor transparência das informações.

Corroborando com esses conceitos, Rosa et al. (2010, p. 31) descrevem que a evidenciação auxilia a manter a comunicação sobre a gestão ambiental das empresas com suas partes interessadas tais como: órgãos reguladores, governamentais, sociedade civil organizada, comunidade científica, comunidade civil organizada, investidores, credores, fornecedores, clientes, entre outros. Rosa et al. (2014) salientam que a evidenciação ambiental pode ser conceituada como um meio ou então um conjunto de meios que é utilizado por diferentes empresas para expor aos seus *stakeholders* suas práticas ambientais e, ao mesmo tempo, serve como ferramenta de tomada de decisões para os interessados nessas informações.

Para Barcelos et. al. (2015), a ciência contábil é o principal mecanismo de acompanhamento econômico-financeiro da empresa e da sociedade no que se refere à evidenciação, classificação, mensuração dos eventos ambientais e dos valores despendidos e recebidos, consoante à preservação e recuperação ambiental.

A sociedade vem pressionando o governo e as empresas quando a preservação do meio ambiente é abalada devido à poluição causada pelas atividades produtivas das empresas. À vista disso, a sociedade, incluindo fornecedores, clientes, governo etc., pressionam essas empresas para que ocorra a diminuição ou também eliminação dos efeitos ambientais de suas atividades produtivas e para que essas companhias trabalhem com vistas ao desenvolvimento sustentável (NOSSA, 2002).

As organizações são pressionadas a fornecerem informações que auxiliem os seus grupos de interesse para avaliar seus relacionamentos com a sociedade e o meio ambiente. Desta forma, para aprimorar a comunicação entre empresas e a sociedade, surgem estudos sobre Evidenciação Ambiental. A Evidenciação Ambiental é o conjunto de meios utilizados

para divulgar as ações e reações das empresas para demonstrar o que e como está procedendo com relação ao meio ambiente (ROSA et al, 2010).

Segundo Carneiro, Luca e Oliveira (2008), as sociedades que mais se atentam com a questão ambiental têm implementado esforços para exigir uma legislação mais rígida por parte do Governo para promover a sustentabilidade. É fundamental que as empresas implantem políticas ambientais que eliminem ou reduzam os efeitos danosos de suas atividades sobre o meio ambiente e divulguem para a sociedade suas realizações nesta área, as políticas que praticam, os impactos gerados no meio ambiente e quais objetivos e metas pretendem alcançar em sua sinergia com o meio ambiente. Ainda segundo os autores, a relação da empresa com a sociedade deve ser transparente e fiel a realidade dos fatos demonstrando os problemas ambientais causados e as soluções praticadas pela entidade. Sendo assim, a organização manifesta o respeito para com a comunidade em que se insere e zela pela relação com seus *stakeholders*.

2.3 ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE)

A Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa criou o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Segundo a BM&FBOVESPA (2019), “O Índice de Sustentabilidade Empresarial busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da comunidade e estimular a responsabilidade ética das entidades”. Ainda de acordo com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 com reconhecido comprometimento com a sustentabilidade das entidades e a responsabilidade social.

O Índice foi iniciado em 2005, com o financiamento do *International Finance Corporation* (IFC) que é o braço financeiro do Banco Mundial e seu desenho metodológico é de responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) (BM&FBOVESPA, 2019).

“Criado pela BM&FBOVESPA, o ISE foi uma iniciativa de reunir empresas socialmente responsáveis dentre as que possuem o maior volume de ações negociadas no pregão dessa bolsa” (ROSSETTO, 2010). Ainda conforme o autor, o índice foi criado devido a investidores procurarem aplicar seus recursos em empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis.

O Índice de Sustentabilidade Empresarial auxilia no entendimento sobre empresas e grupos que se comprometem com a sustentabilidade. As empresas que pretendem participar do processo de seleção do ISE respondem um questionário que avalia aproximadamente 70 indicadores distribuídos em sete dimensões: Geral, Natureza do Produto, Governança Corporativa, Econômico-Financeira, Social, Ambiental e Mudanças Climáticas (BM&FBOVESPA, 2019). De acordo com BM&FBovespa (2019), “A missão do ISE consiste em apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial”.

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Como meio de suporte para a presente pesquisa, buscaram-se referências em resultados obtidos anteriormente sobre assuntos de considerável relevância. Os que atenderam a este critério da melhor forma apresentam-se conforme abaixo.

Beuren, Santos e Gubiani (2013) objetivaram identificar as informações ambientais que estão sendo evidenciadas nos relatórios da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. Por meio de uma amostra de 11 empresas do setor elétrico, os resultados revelaram que as informações ambientais mais evidenciadas foram: declaração das políticas/práticas atuais e futuras; qualquer menção sobre sustentabilidade; e conservação da biodiversidade. Já as informações não evidenciadas foram: uso eficiente/reutilização da água; vazamentos/derramamentos; utilização de materiais desperdiçados na produção de energia; discussão sobre preocupação com a possível falta de energia; práticas contábeis de itens ambientais; seguro ambiental; e ativos ambientais tangíveis e intangíveis.

Pletsch et al. (2014) teve como objetivo verificar a evidenciação das práticas ambientais das Companhias que compõe o Grupo A do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros – BM&FBovespa. Os resultados mostram que a maioria das empresas possui política ambiental estruturada. No que se refere à gestão, a maioria das empresas possui preocupação com a questão ambiental em nível estratégico. Quanto ao desempenho, a maior parte das empresas demonstrou-se preocupada em consumir conscientemente os recursos naturais. Em relação ao cumprimento legal, nos últimos três anos as empresas tiveram processos ambientais e por conta disso, passaram a adequar-se às exigências legais.

Macêdo et. al. (2014) objetivaram analisar quais informações ambientais voluntárias são mais evidenciadas pelas companhias abertas listadas no Índice Carbono Eficiente (ICO2) da BM&Fbovespa. Como resultado, as informações sobre créditos de carbono se destacaram com maior nível de evidenciação. Constatou-se que as informações sobre impactos dos produtos e processos no meio ambiente foram as menos evidenciadas.

O estudo de Souza et. al. (2014) teve como objetivo identificar as informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis de 16 empresas pertencentes aos programas Novo Mercado e Em Boa Companhia da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Os resultados revelam que as informações apresentadas pelas empresas pesquisadas são em grande parte declarativas, de característica positiva, e que ações judiciais decorrentes de danos causados ao meio ambiente, cláusulas de contratos que envolvem questões ambientais e cálculos de provisões relacionadas a ações judiciais em andamento, são as informações ambientais mais evidenciadas pelas empresas.

Degenhart et. al. (2015) analisaram a evidenciação ambiental sobre resíduos nos Relatórios de Sustentabilidade de empresas brasileiras listadas no IBrX-100 da BM&Fbovespa. Os resultados revelam que as empresas que mais se destacaram no ranking nos anos analisados foram Ambev, AES Tietê, Energias BR e Duratex. Na maioria das empresas o fator tipo de informação sobre resíduos sólidos e resíduos perigosos transportados foi apresentado nos relatórios na forma descritiva e quantitativa. Em relação ao método de disposição, todas as empresas que lideram o ranking possuem tratamento dos resíduos que produzem. No que diz respeito às metas de redução, a maioria das empresas do ranking divulga que a meta de redução foi de 75% nos anos analisados.

Barcelos et. al. (2015) objetivaram desvelar as práticas ambientais desenvolvidas pela empresa Natura com o fim de preservação ambiental na utilização sustentável de seus insumos. Como resultado tiveram que as classificações e alocações pertinentes aos bens, direitos e obrigações descritos pela entidade cumprem a finalidade principal de preservar e proteger o meio ambiente, bem como estão aptos a gerar benefícios econômicos, embora não disponha de um plano de contas exclusivamente ambiental.

A pesquisa de Degenhart et al. (2016) objetivou analisar o ranking setorial do grau de evidenciação ambiental das empresas brasileiras listadas no IBrX-100. A partir de uma amostra de 97 empresas brasileiras de 2010 a 2013, os resultados revelam que as empresas do setor Utilidade Pública são as que mais evidenciam informações ambientais sobre os aspectos analisados, seguidas das empresas do setor Financeiro e Outros. Contudo, as empresas pertencentes aos setores Diversos e Petróleo, Gás e Biocombustíveis quase não evidenciam

informações ambientais. Salientam ainda que 30 empresas das 97 não evidenciaram qualquer informação em seus relatórios sobre os aspectos analisados, ou então não divulgam tais relatórios.

O estudo de Silva et. al. (2018) teve como objetivo identificar quais são as informações ambientais que as corporações brasileiras, classificadas como de alto impacto ambiental listadas na BM&FBOVESPA, divulgam em seus sítios de internet. Os resultados mostram que a categoria "Outras informações ambientais" é a mais divulgada, enquanto "Políticas ambientais" é o indicador com maior nível de evidenciação. O segmento de "Celulose e papel" é o que mais disponibiliza informações ambientais.

3 METODOLOGIA

Diante do objetivo de verificar se a evidenciação ambiental de empresas listadas no ISE está adequada às recomendações da NBC T 15, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, documental quanto aos procedimentos e qualitativa quanto a abordagem ao problema. De acordo com Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para o mesmo autor, a pesquisa documental “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45). Fez-se uso ainda da pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é construída principalmente através da reunião de informações contidas em livros e artigos científicos, resultantes de outras pesquisas já realizadas.

A amostra de pesquisa é composta por 52 empresas listadas no ISE nos anos 2016, 2017 e 2018. A adoção desse critério deu-se em razão das empresas participantes desse índice possuírem um maior número de divulgação das informações ambientais e, também, como forma de colaborar para uma análise onde se observa o contínuo comprometimento com a sustentabilidade, uma vez que as respectivas empresas foram classificadas no ISE em todos os anos analisados. O Quadro 1 apresenta as empresas listadas no ISE analisadas nesta pesquisa bem como o segmento de atuação de cada empresa.

Quadro 1 - Empresas analisadas

EMPRESA	SETOR
AES Tiete Energia S.A.	Energia elétrica
B2W - Companhia Digital	Comércio Varejista e Atacadista
Banco Bradesco S.A.	Financeiro
Banco do Brasil S.A.	Financeiro
Banco Santander S.A.	Financeiro
Braskem S.A.	Química e petroquímica
Companhia do Metrô da Bahia	Transporte
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	Transporte
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	Transporte
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	Transporte
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.	Transporte
Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	Transporte
Rodovias Integradas do Oeste S.A.	Transporte
Centrais Elétricas do Brasil S.A. – ELETROBRAS	Energia elétrica
Amazonas G&T	Energia elétrica

EMPRESA	SETOR
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	Energia elétrica
CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	Energia elétrica
Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica	Energia elétrica
Eletrobrás Termonuclear S.A.	Energia elétrica
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Energia elétrica
Furnas Centrais Elétricas S.A.	Energia elétrica
Itaipu Binacional	Energia elétrica
Cemig Distribuição S.A.	Energia elétrica
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Energia elétrica
Copel Distribuição S.A.	Energia elétrica
Copel Geração e Transmissão S.A.	Energia elétrica
Cielo S.A.	Financeiro
Duralex S.A.	Madeira, papel e celulose
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - ECOPISTAS	Transporte
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	Transporte
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	Transporte
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	Transporte
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL	Transporte
Rodovia das Cataratas S.A. – ECOCATARATAS	Transporte
EDP - Comercialização e Serviços de Energia LTDA.	Energia elétrica
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	Energia elétrica
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.	Energia elétrica
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	Energia elétrica
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Energia elétrica
Engie Brasil Energia S.A.	Energia elétrica
Fleury S.A.	Serviços médicos e hospitalares
Itau Unibanco Holding S.A.	Financeiro
Itausa	Financeiro
Klabin S.A.	Madeira, papel e celulose
Light Serviços de Eletricidade SA	Energia elétrica
Lojas Americanas S.A.	Comércio Varejista e Atacadista
Lojas Renner S.A.	Comércio Varejista e Atacadista
MRV Engenharia e Participações S.A.	Construção civil
Natura Cosméticos S.A.	Comércio Varejista e Atacadista
Telefônica Brasil S.A.	Telecomunicações
TIM Celular S.A.	Telecomunicações
WEG S.A.	Motores e Compressores

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Foram coletados os Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios anuais publicados no *site* das empresas analisadas. Os anos analisados foram 2016, 2017 e 2018 e analisou-se as

informações de natureza ambiental extraídas da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15 – que trata das informações de natureza social e ambiental. Para tanto, elaborou-se um *checklist* com base da NBC T 15, conforme Quadro 2. As informações de cunho ambiental das empresas analisadas foram coletadas nos relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais e relacionadas em planilha eletrônica *Excel*, objetivando observar se as informações de natureza ambiental foram evidenciadas de acordo com os procedimentos estabelecidos pela NBC T 15.

Quadro 2 - *Checklist* das informações para pesquisa documental

Código	Perguntas
CL1	A empresa evidencia investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente?
CL2	A empresa evidencia investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?
CL3	A empresa evidencia investimentos e gastos em educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores?
CL4	A empresa evidencia investimentos e gastos em educação ambiental para a comunidade?
CL5	A empresa evidencia investimentos e gastos com projetos ambientais?
CL6	A empresa evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?
CL7	A empresa evidencia valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?
CL8	A empresa evidencia passivos e contingências ambientais?

Fonte: NBC T 15.

Visando responder aos objetivos propostos, inicialmente foi identificado as informações de cunho ambiental evidenciadas pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade e relatório anual nos anos de 2016, 2017 e 2018. Assim efetuou-se o preenchimento por empresa da presença ou não das informações predeterminadas no *checklist* formulado de acordo com a NBC T 15.

Buscaram-se oito informações em cada ano analisado nos relatórios anuais e de sustentabilidade das 52 empresas analisadas, as quais cada empresa poderia apresentar de forma completa, incompleta ou ausente no período analisado. De acordo com a evidenciação das informações consideradas na pesquisa e disponibilizadas pelas empresas, categorizaram-se as evidenciações em informação completa (IC), informação incompleta (II) e informação ausente (IA) conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Categorias da qualidade das informações

Categorias	Posição	Significado
IC	Informação Completa	A informação encontra-se completa no relatório anual ou de sustentabilidade.
II	Informação Incompleta	A informação encontra-se no relatório anual ou de sustentabilidade, porém, de maneira incompleta.
IA	Informação Ausente	A informação não se encontra relatório anual ou de sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Tal observação teve por finalidade identificar não somente se a evidenciação foi realizada pelas empresas, mas também verificar a mensuração das informações e, para tanto, foram utilizados os termos “informação completa”, “informação incompleta” e “informação ausente”. O primeiro refere-se às informações evidenciadas de forma completa nas quais foi possível identificar valores em termos financeiros e quantidades (em número) do ano analisado. Já o segundo termo foi utilizado para informações que, apesar de serem divulgadas, não apresentaram quantificação monetária. Por último, o terceiro termo refere-se às informações que não foram evidenciadas no ano analisado.

Desta forma, avançou-se na coleta de dados. Para a coleta das informações ambientais referentes ao período coberto pelo estudo utilizou-se uma planilha eletrônica do *Excel* para a organização dessas informações e, posteriormente, a mesma serviu como apoio à elaboração de quadros.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observa-se que há ausência de padronização para a evidenciação ambiental nos diferentes relatórios analisados, dificultando, por vezes, a localização das informações. Isso deve-se ao fato de a evidenciação de informações ambientais no Brasil ser considerada voluntária, ou seja, a legislação não obriga as empresas a divulgarem tais informações (OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012). Pelo fato de as 52 empresas pertencerem a setores diferentes, cada uma delas tem particularidades quando da evidenciação de informações de natureza ambiental, inclusive variando entre diferentes períodos de uma mesma empresa. No que tange a coleta de dados, os Relatórios de Sustentabilidade foram os que forneceram maior evidenciação das informações requeridas no item 15.2.4 da NBC T 15.

As empresas B2W, Banco Santander, Braskem, Eletrobras, Amazonas G&T, Eletronorte, CHESF, CGTEE, Eletrobrás Termonuclear, Eletrosul, Itaipu, Cemig D, Cemig G&T, Copel D, Copel G&T, Fleury, Klabin, Americanas, MRV Engenharia, Tim e Weg ainda não haviam publicado os relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais de 2018 até a data da pesquisa. Sendo assim, no ano de 2018 apenas 31 empresas fizeram parte da pesquisa.

Os procedimentos estabelecidos pela NBC T 15 foram mencionados e divulgados de maneira destacada, através de balanço social, apenas pelas empresas Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica e Eletrobrás Termonuclear, para os períodos de 2016 a 2018.

Um dos objetivos da NBC T 15 quanto as informações ambientais é que as empresas divulguem as informações e mantenham um controle de suas ações sobre o meio ambiente. O processo de gestão ambiental envolve ações de monitoramento dos danos ambientais e das ações preventivas realizadas pelas entidades. Nesse sentido, de modo geral, em todos os anos estudados, a informação ambiental mais utilizada para evidenciar a relação ambiental das empresas prevista pela NBC T 15 foi a de “investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente”. Mesmo assim, este indicador não foi evidenciado por quatro, duas e uma empresa, ou seja, 7,69%, 3,85% e 3,23% nos anos de 2016, 2017 e 2018 respectivamente. Em segundo lugar esteve a informação referente a “investimentos e gastos com projetos ambientais” evidenciados por 88,46%, 86,54% e 90,32% das empresas pesquisadas nos anos de 2016, 2017 e 2018 respectivamente. Estas evidenciações demonstram que as entidades estão preocupadas em investir em projetos ambientais que garanta a prevenção de possíveis danos de sua atividade operacional possa trazer para o meio ambiente.

A análise dos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas permitiu constatar que o maior número de informações de natureza ambiental divulgadas são os que evidenciam os fatores positivos das empresas.

Os itens propostos pela norma com relação ao meio ambiente foram inseridos em uma tabela, o qual: “IC” significa que a empresa divulgou a informação completa; “II” significa que a empresa apresentou de forma incompleta a informação e “IA” significa que a informação é ausente. Desta forma, para melhor compreensão dos achados da pesquisa, apresenta-se no Quadro 4, as informações obtidas por quantidade de empresas que possui informação completa, informação incompleta ou informação ausente a referida informação ambiental, para o ano de 2016.

Quadro 4 - Evidenciação ambiental por categoria (2016)

Perguntas	IC	II	IA	IC (%)	II (%)	IA (%)
A empresa evidencia investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente?	48	0	4	92,31	0	7,69
A empresa evidencia investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?	45	0	6	86,54	0	11,54
A empresa evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?	33	0	18	63,46	0	34,62
A empresa evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?	41	0	10	78,85	0	19,23
A empresa evidencia investimentos e gastos com projetos ambientais?	46	0	5	88,46	0	9,62
A empresa evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?	8	0	43	15,38	0	82,69
A empresa evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?	23	1	27	44,23	1,92	51,92
A empresa evidencia passivos e contingências ambientais?	25	0	26	48,08	0	50,00

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No quadro 4, que trata do estudo do ano de 2016, pode ser observado que as informações mais divulgadas pelas empresas pesquisadas em seus relatórios foram as informações referentes as ações positivas realizadas. Em contrapartida, as informações de cunho negativo foram menos divulgadas por estas empresas. Informação de cunho negativo possui está conotação pelo fato que esta informação poderia prejudicar a imagem da empresa,

mesmo que desta forma também deixe de informar aos usuários, sinalizando a possibilidade desse comportamento ocorrer devido a NBC T - 15 não possuir caráter coercitivo de lei.

Neste quadro, quanto às ações positivas, observa-se que a maior parte das empresas divulgam investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, sendo 92,31% que divulgam este item isto é, 48 empresas. Bem como, investimentos e gastos com projetos ambientais, sendo que 46 empresas divulgaram a referida informação, o que representa 88,46% da amostra. Da mesma forma, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, neste quesito, 45 empresas divulgaram tal informação, ou seja, 86,54%.

Quanto aos itens negativos, somente oito empresas (15,38%) divulgaram de forma completa as informações relativas a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. A maioria das organizações apresentou este item de forma ausente, 82,69%, divulgando que não haviam processos existentes movidos contra a entidade, ou seja, 43 empresas.

O Quadro 5, apresenta as informações divulgadas pelas empresas pesquisadas em seus relatórios para o ano de 2017.

Quadro 5 - Evidenciação ambiental por categoria (2017)

Perguntas	IC	II	IA	IC (%)	II (%)	IA (%)
A empresa evidencia investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente?	50	0	2	96,15	0	3,85
A empresa evidencia investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?	44	0	8	84,62	0	15,38
A empresa evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?	38	0	14	73,08	0	26,92
A empresa evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?	35	0	17	67,31	0	32,69
A empresa evidencia investimentos e gastos com projetos ambientais?	45	0	7	86,54	0	13,46
A empresa evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?	15	1	36	28,85	1,92	69,23
A empresa evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?	19	1	32	36,54	1,92	61,54
A empresa evidencia passivos e contingências ambientais?	20	0	32	38,46	0	61,54

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observando os resultados apresentados no quadro 5, verifica-se que as informações mais evidenciadas pelas empresas pesquisadas em seus relatórios foram as informações referentes as ações positivas realizadas. Em contrapartida, as informações de cunho negativo foram menos divulgadas por estas empresas.

No ano de 2017, quanto as ações positivas, observa-se que a maior parte das empresas divulgam investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, sendo 96,15% que divulgam este item, ou seja, 50 empresas. Bem como, investimentos e gastos com projetos ambientais, sendo que 86,54% das empresas divulgaram a referida informação. Da mesma forma, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, neste quesito, 84,62% das empresas divulgaram tal informação.

Quanto aos itens negativos, somente 28,85% das empresas divulgaram de forma completa as informações relativas a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, o que representa 15 empresas do total da amostra. Apenas 1 empresa (1,92%) apresentou este item de forma incompleta, não divulgando a quantidade (em número) de processos existentes, apenas citando a existência do mesmo. A maioria das organizações apresentou este item de forma ausente, divulgando que não haviam processos existentes movidos contra a entidade.

Observa-se ainda ausência de informações sobre multas e indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente. Poucas empresas mencionaram o valor monetário de multas e indenizações no ano de 2017.

O Quadro 6 demonstra a evidenciação ambiental das empresas por categoria no que diz respeito ao ultimo ano analisado nesta pesquisa: 2018.

Importante ressaltar que no ano de 2018, nem todas as empresas da amostra publicaram os dois relatórios que fazem parte do processo de pesquisa. Das 52 empresas analisadas, apenas 31 empresas já haviam publicado o relatório anual e de sustentabilidade até a data da pesquisa. As empresas que não fizeram parte da análise de 2018 são: B2W, Banco Santander, Braskem, Eletrobras, Amazonas G&T, Eletronorte, CHESF, CGTEE, Eletrobrás Termonuclear, Eletrosul, Itaipu, Cemig D, Cemig G&T, Copel D, Copel G&T, Fleury, Klabin, Americanas, MRV Engenharia, Tim e Weg.

Quadro 6 - Evidenciação ambiental por categoria (2018)

Perguntas	IC	II	IA	IC (%)	II (%)	IA (%)
A empresa evidencia investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente?	30	0	1	96,77	0	3,23
A empresa evidencia investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados?	28	0	3	90,32	0	9,68
A empresa evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade?	22	0	9	70,97	0	29,03
A empresa evidencia investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade?	20	0	11	64,52	0	35,48
A empresa evidencia investimentos e gastos com projetos ambientais?	28	0	3	90,32	0	9,68
A empresa evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade?	4	1	26	12,90	3,23	83,87
A empresa evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente?	10	0	21	32,26	0	67,74
A empresa evidencia passivos e contingências ambientais?	17	0	14	54,84	0	45,16

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Pode-se observar no quadro 6 que as informações mais divulgadas pelas empresas pesquisadas em seus relatórios foram novamente as informações referentes as ações positivas realizadas. Em contrapartida, as informações de cunho negativo foram menos divulgadas por estas empresas.

Neste quadro, quanto as ações positivas, observa-se que a maior parte das empresas divulgam investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, sendo 30 empresas que divulgam este item, o que representa 96,77% da amostra. Bem como, investimentos e gastos com projetos ambientais, sendo que 28 empresas divulgaram a referida informação, ou seja, 90,32%. Da mesma forma, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, neste quesito, 28 empresas divulgaram tal informação.

Quanto aos itens negativos, somente quatro empresas (12,90%) divulgaram de forma completa as informações relativas a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. Apenas 1 empresa apresentou este item de forma incompleta, não divulgando a quantidade (em número) de processos existentes, apenas

citando a existência do mesmo. A maioria das organizações apresentou este item de forma ausente, divulgando que não haviam processos existentes movidos contra a entidade.

Por fim, o quadro 7 apresenta a categorização da evidência ambiental por empresa no período analisado.

Quadro 7 - Categorização da evidência ambiental das empresas

Empresas	2018			2017			2016		
	IC	II	IA	IC	II	IA	IC	II	IA
AES Tiete	6	1	1	6	1	1	3	0	5
B2W	0	0	8	3	0	5	2	0	6
Bradesco	2	0	6	2	0	6	5	0	3
Banco do Brasil	2	0	6	2	0	6	2	0	6
Santander	0	0	8	1	0	7	3	0	5
Braskem	0	0	8	6	0	2	5	0	3
Metrô da Bahia	5	0	3	5	0	3	5	0	3
Linha 4	5	0	3	5	0	3	6	0	2
Presidente Dutra	5	0	3	5	0	3	6	0	2
ViaOeste	5	0	3	5	0	3	6	0	2
Bandeirantes	5	0	3	5	0	3	6	0	2
Rodonorte	5	0	3	5	0	3	6	0	2
Rodovias Integradas do Oeste	5	0	3	5	0	3	6	0	2
Eletrobras	0	0	8	6	0	2	6	1	1
Amazonas G&T	0	0	8	6	1	1	0	0	8
Eletronorte	0	0	8	8	0	0	8	0	0
CHESF	0	0	8	6	0	2	5	0	3
CGTEE	0	0	8	8	0	0	8	0	0
Eletróbrás Termonuclear	0	0	8	8	0	0	8	0	0
Eletrosul	0	0	8	5	0	3	6	0	2
Furnas	6	0	2	6	0	2	6	0	2
Itaipu	0	0	8	6	0	2	6	0	2
Cemig D	0	0	8	7	0	1	6	0	2
Cemig GT	0	0	8	7	0	1	6	0	2
Copel D	0	0	8	6	0	2	7	0	1
Copel GT	0	0	8	6	0	2	7	0	1
Cielo	3	0	5	3	0	5	4	0	4
Duratex	6	0	2	6	0	2	6	0	2
Ecopistas	5	0	3	5	0	3	5	0	3
Caminho do Mar	5	0	3	5	0	3	5	0	3
Dos Imigrantes	5	0	3	5	0	3	5	0	3
ECO101	5	0	3	5	0	3	5	0	3
ECOSUL	5	0	3	5	0	3	5	0	3
ECOCATARATAS	5	0	3	5	0	3	5	0	3

Empresas	2018			2017			2016		
	IC	II	IA	IC	II	IA	IC	II	IA
EDP	8	0	0	8	0	0	8	0	0
EDP ES	8	0	0	8	0	0	8	0	0
EDP SP	8	0	0	8	0	0	8	0	0
Porto do Pecém	8	0	0	8	0	0	8	0	0
Eletropaulo	6	0	2	5	0	3	4	0	4
Engie	6	0	2	7	0	1	7	0	1
Fleury	0	0	8	4	0	4	3	0	5
Itau	7	0	1	7	0	1	6	0	2
Itausa	1	0	7	1	0	7	2	0	6
Klabin	0	0	8	4	0	4	4	0	4
Light	4	0	4	3	0	5	4	0	4
Lojas Americanas	0	0	8	4	0	4	5	0	3
Lojas Renner	5	0	3	3	0	5	4	0	4
MRV Engenharia	0	0	8	5	0	3	5	0	3
Natura	5	0	3	5	0	3	5	0	3
Telefônica Brasil	4	0	4	4	0	4	4	0	4
TIM	0	0	8	1	0	7	1	0	7
WEG	0	0	8	2	0	6	3	0	5
Totais	162	1	253	266	2	148	269	1	146

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dentre as 52 empresas da amostra são 10 os setores de atuação analisados, as atividades que mais fazem parte do índice são as de energia elétrica, sendo 21 empresas, e as atividades de transporte, contendo 13 empresas.

É necessário ressaltar a falta de padronização com que as informações são apresentadas nos relatórios, tornando difícil estabelecer comparações entre as empresas, ou mesmo entre companhias de atividades semelhantes que apresentam diferentes políticas de divulgação para as informações ambientais, principalmente as negativas.

Por meio do quadro 7, pode observar que as empresas com maior número de informações completas nos três anos, ou seja, as empresas em que a evidenciação das informações ambientais está mais adequada às recomendações da NBC T 15, foram as empresas EDP Comercialização, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Porto Pecém. Todas pertencentes ao setor de energia elétrica. No que tange a atividade de energia elétrica, essas informações são encontradas em maior número especialmente pela razão do setor utilizar recursos naturais como fonte de matéria prima. A problemática a ser enfrentada por essas empresas consiste em encontrar maneiras de reduzir o impacto ambiental decorrente de suas atividades e, ao mesmo tempo, prestar suporte ao crescimento econômico. (ANEEL, 2008)

Quanto a empresa com maior número de informações ausentes nos três anos, ou seja, a empresa em que a evidenciação das informações ambientais está em maior grau de desacordo conforme recomendações da NBC T 15, foi a empresa Itausa. Esta mesma empresa pertence ao setor financeiro. Lembrando que a ausência das informações não significa que a organização não faça, apenas não foram encontradas em seus relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais.

Vale salientar que as empresas Eletronorte, CGTEE e Eletrobrás Termonuclear, também pertencentes ao setor de energia elétrica, obtiveram o maior número de informações completas nos anos de 2016 e 2017. O ano de 2018 não foi possível avaliar porque as empresas não haviam publicado o relatório anual e de sustentabilidade até a data da pesquisa.

Através do quadro 7, pode observar ainda que as empresas pertencentes ao setor de energia elétrica são as que possuem maior número de informações completas nos três anos analisados, ou seja, apresentam uma maior adequação à NBC T 15. Esse resultado corrobora com a literatura sobre evidenciação ambiental, que aponta que as empresas pertencentes ao setor elétrico apresentam um maior nível de evidenciação ambiental voluntária (MURCIA; SANTOS, 2009; BEUREN; SANTOS; GUBIANI, 2013; DEGENHART et al., 2016). Em contraste, as empresas pertencentes ao setor financeiro são as que possuem maior número de informações ausentes nos três anos analisados e pouco se adequam a norma.

De modo geral as empresas mantiveram um padrão nas informações de adequação à norma no que diz respeito a evidenciação ambiental ao longo dos anos. É possível observar uma evolução na evidenciação das informações completas ao longo dos anos da empresa AES Tiete. Esta mesma empresa evidenciou 3, 6 e 6 informações completas nos anos de 2016, 2017 e 2018 respectivamente. Em contrapartida, a empresa Bradesco apresentou um declínio na evidenciação das informações completas ao longo dos anos, evidenciando 5, 2 e 2 informações completas nos anos de 2016, 2017 e 2018 respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar se a evidenciação ambiental de empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) está adequada às recomendações da NBC T 15. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e com abordagem qualitativa. A amostra do estudo compreendeu 52 empresas listadas no ISE nos anos 2016, 2017 e 2018. Foi elaborado um *checklist* com base na NBC T 15 para verificar a evidenciação ambiental dessas empresas e analisou-se os relatórios anuais e de sustentabilidade dos anos de 2016, 2017 e 2018 divulgados no *site* das próprias empresas.

A partir dos resultados, foi possível verificar que as organizações utilizam o relatório de sustentabilidade e o relatório anual, a fim de demonstrar as suas práticas de gestão socioambiental. No entanto, ao se investigar esta prática, ficou demonstrado que as entidades investigadas ainda mantem pouca divulgação nos relatórios de suas operações ambientais, muitas não evidenciam o que realmente interessa à sociedade, parceiros e colaboradores.

A grande maioria das empresas pesquisadas apresentam investimentos preventivos aos danos ambientais causados pelos processos operacionais e todas as empresas pesquisadas informaram em seus relatórios que participam do ISE. No entanto, o estudo demonstra que ainda prevalece a divulgação nas demonstrações contábeis relativas as ações positivas realizadas. E em contrapartida, somente seis, sete e quatro empresas apresentaram de forma completa as informações negativas geradas pela organização nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Neste contexto, apenas a Cia de Geração Térmica de Energia Elétrica e a Eletrobrás Termonuclear S.A. apresentaram balanço social juntamente com o relatório de sustentabilidade.

A maioria não segregou valores e as contas ambientais, não informou a quantidade de processos ambientais movidos contra a empresa ou mencionou de forma incompleta e ausente as recomendações previstas na NBC T 15.

Sugere-se para pesquisas futuras a identificação dos fatores determinantes da evidenciação, bem como análise sobre análise sobre o efeito da evidenciação no resultado econômico (ações) das empresas. Sugere-se também verificar a qualidade da informação divulgada pelas empresas em seus relatórios anuais e de sustentabilidade confrontando com outros meio de divulgação, como mídias e dados oficiais, bem como verificar se aspectos como multas e indenizações estão ausentes nos relatórios para não ocorrerem problemas às entidades ou apenas por ausência desta informação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília, ANEEL, 2008. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ANDRADE, A. M. Evidenciação ambiental da sustentabilidade: um estudo em empresas brasileiras. 2018. **Monografia (TCC em Ciências Contábeis)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ANTONOVZ, Tatiane. *Contabilidade Ambiental*. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BARCELOS, D. P.; TASSIGNY, M. M.; CARLOS, M. G. O.; BIZARRIA, F. P. A.; FROTA, A. J. A. Evidenciação Ambiental à Luz da NBC T 15: O Caso da Natura. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 127-146, 2015.

BEUREN, I. M.; SANTOS, V. dos; GUBIANI, C. A. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 55-68, 2013.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BOTH, Francielle; FISCHER, Augusto. Gestão e Contabilidade Ambiental. **Unoesc & Ciência: ACSA**, Joaçaba, v.1, n. 8, p. 49-57, jun. 2017. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/12599/pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 10, n. 1, 2007.

CARNEIRO, J. E.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C. Análise das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações financeiras das empresas petroquímicas brasileiras listadas na Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 39-67, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Normas Brasileira de Contabilidade – NBCT 15** – Demonstração de Informação de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <www.cfc.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019

COSTA, R. S. e MARION, J. C. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista de Contabilidade e Finanças USP**, v. 43, p. 20-33, 2007.

DEGENHART, L.; VOGT, M.; ROSA, F. S.; HEIN, N.; KAVESKI, I. D. S. Evidenciação ambiental sobre resíduos nos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras listadas no IBRX-100 da BM&FBOVESPA. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 2, p. 569-596, 2015.

DEGENHART, L.; VOGT, M.; HEIN, N.; ROSA, F. S. da. Ranking setorial do grau de evidência ambiental das empresas brasileiras listadas no IBrX-100. **Revista de Gestão**, v. 23, p. 326-337, 2016.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOSZTRZEPA, R. O. Evidência dos eventos relacionados com o meio ambiente: um estudo em Indústrias Químicas. 2004. **Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)** – Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.

MACÊDO, F. F. R. R.; MOURA, G. D.; GOLLO, V.; KLANN, R. C. Evidência ambiental voluntária de companhias listadas no índice carbono eficiente da BM&FBOVESPA. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 1, p. 329-352, 2014.

MURCIA, F. D-R.; SANTOS, A. dos. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 2, p. 72–95, 2009.

NOSSA, V. Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. **Tese de Doutorado**, Universidade de São Paulo, SP, Brasil, 2002.

OLIVEIRA, A. F. de; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Disclosure Ambiental de Empresas de Setores Potencialmente Poluidores Listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 20-37, 2012.

PLETSCH, C. S.; BRIGHENTI, J.; ROSA, F. S. Perfil da evidência ambiental das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 25, n. 3, p. 57-77, 2014.

ROSA, F. S.; FERREIRA, A. C. S.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Evidência Ambiental (EA): contribuição da metodologia multicritério para identificação dos aspectos financeiros para a gestão ambiental. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 4, p. 27-61, 2010.

ROSSETTO, A. Índice de Sustentabilidade Empresarial: um comparativo das dimensões do indicador entre as empresas do sistema Eletrobras. **Monografia (TCC em Ciências Contábeis)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, R. C. F.; SEIBERT, R. M.; JULIANI, L. I.; WBATUBA, B. B. R. Análise da Evidência Ambiental nas Corporações Brasileiras de Alto Impacto Ambiental Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 9, n. 3, p. 46-71, 2018.

SOUZA, F. J. V.; BARROS, C. C.; CAMARA, R. P. B.; ARAÚJO, F. R.; SILVA, M. C. Evidência ambiental: um estudo a partir de 16 empresas pertencentes aos programas “novo mercado” e “boa companhia” da BM&FBOVESPA. **Contexto – Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS**, v. 14, n. 27, p. 43-57, 2014.

TANGARI, Eduardo. **Linked In.** *Qual a importância da certificação para as empresas e como alcançá-las?* 2017. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/qual-import%C3%A2ncia-da-certifica%C3%A7%C3%A3o-para-empresas-e-como-sistemas>>. Acesso em: 10 out. 2018.

ZANLUCA, Júlio César. **Portal de Contabilidade.** *O que é Contabilidade Ambiental?* Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em: 22 out. 2018.